

# **Internacionalização da educação:** *uma análise política baseada no benchmark australiano*

Cristina Elsner de Faria

Cientista Política, Doutora em  
Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional pela UnB  
Gerente de Educação e Ciências do  
Ministério da Educação, Capacitação e Emprego da Austrália  
E-mail: cristina.elsner@gmail.com

Recebido: 31 mar. 2020

Aprovado: 20 abr. 2020

**Resumo:** O objetivo do artigo é analisar o processo histórico de formulação e implementação da política australiana para internacionalização da educação. Foi discutida a trajetória percorrida pela Austrália com o objetivo de extrair lições aprendidas para a formulação de políticas públicas e para a definição de arranjos estratégicos de articulação público-privada. Para tanto, a metodologia utilizada foi de pesquisa em documentos e relatórios internos do Ministério de Educação do Governo Federal Australiano, assim como de instituições representativas de referência no país.

**Palavras-chave:** Internacionalização da Educação. Política de Educação Internacional. Austrália.

**Abstract:** The aim of this article is to analyze the historical process of formulating and implementing the Australian policy for internationalization of education. The path taken by Australia was discussed in order to extract lessons learned for the formulation of public policies and for the definition of strategic arrangements for public-private articulation. Hence, the methodology used consisted on the search of documents and internal reports from the Department of Education, Skills and Employment of the Australian Federal Government as well as representative institutions of reference in the country.

**Keywords:** Internationalization of Education. International Education Policy. Australia.

**Resumen:** El objetivo del artículo es analizar el proceso histórico de formulación e implementación de la política australiana para la internacionalización de la educación. Se discutió la trayectoria recorrida por Australia para extraer las lecciones aprendidas para la formulación de políticas públicas y para la definición de arreglos estratégicos para la articulación público-privada. Para este fin, la metodología utilizada fue una búsqueda de documentos e informes internos del Ministerio de Educación del Gobierno Federal de Australia, así como de instituciones de referencia representativas en el país.

**Palabras clave:** Internacionalización de la Educación. Política de Educación Internacional. Australia.

## **Internacionalização e a política educacional**

Com o crescimento das atividades econômicas em escala transnacional e os recentes avanços na tecnologia da informação, observados em especial nas últimas três décadas, diversas transformações impactaram diretamente os cenários político, econômico, social e cultural. Novas formas de organização da governança global foram acordadas, trazendo impactos internos ao país no que se refere aos modelos de operação institucional e à formulação de políticas públicas. O mercado de trabalho se tornou globalizado, resultando em uma crescente mobilidade internacional da força de trabalho, exigindo dos países acordos para padronização de referências de qualidade e reconhecimento de certificações. Valores culturais e experiências históricas têm sido compartilhados entre diferentes povos e nações, em um esforço de compreensão das diferentes culturas e tradições. E as novas gerações passaram a se identificar como pertencentes a uma comunidade internacional ou global, em que as fronteiras de países deixam de representar limitações às ambições de formação educacional ou de trajetória profissional.

A globalização implica em um movimento de pessoas, ideias, bens, serviços, tecnologia e capital. Essa movimentação, por sua vez, traz uma nova realidade de trabalho para os atores do setor educativo: a presença de estudantes internacionais nos campi, o intercâmbio acadêmico e profissionalizante com parceiros internacionais, o surgimento de novas tecnologias que impactam a rotina da docência, dentre outros aspectos. No que se refere aos impactos da globalização no setor educacional, Knight (2015, p.2) considera que “o processo de integrar as dimensões internacional, intercultural ou global no propósito, função ou entregas educacionais” revela a urgência por mudanças na estratégia e no posicionamento dos principais atores do setor educativo, bem como no papel que eles exercem na sociedade. Para a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, a internacionalização da educação se manifesta no domínio das escolas, universidades, sistemas educativos e setor educacional, amplificando a competitividade entre países e instituições para atrair estudantes e docentes internacionais. A emergência de uma nova forma de educação transfronteiriça aponta para um novo contexto de formulação de políticas públicas para a educação (OECD, 2006).

Essas mudanças iniciam nas instituições de ensino, passando por suas rotinas administrativas e pela qualidade das ações de docência, e chegam à esfera da política pública. Nesse caso, as demandas são por novos marcos legais ou regulações específicas que facilitem processos como os de reconhecimento de diplomas, a equivalência de estudos, a certificação de qualidade, a adoção de padrões e práticas internacionais, ou até mesmo programas para apoiar ações de colaboração internacional. São diversas as motivações para que os atores educacionais adotem novas práticas institucionais e de ensino, que sejam cada vez mais internacionalizadas e com perspectivas interculturais.

Em alguns casos, a motivação pode vir de práticas adotadas por parceiros internacionais ou por concorrentes nacionais. A busca dos estudantes por uma formação de melhor qualidade, que lhes aumente a chance de ingresso ao mercado de trabalho, levam as instituições a fazerem um exercício de *benchmark* de programas e políticas para a internacionalização da educação. A obtenção de um certificado com reconhecimento internacional ou a expectativa de galgar uma carreira internacional são outros fatores que se somam às necessidades de transformação nos serviços ofertados por provedores educacionais. Mudanças nas diretrizes curriculares, na abordagem metodológica ou no perfil da equipe docente e gestora da instituição de ensino são as primeiras ações que decorrem desse exercício de *benchmark*, de modo que seja então possível identificar tendências globais do ensino e traduzi-las para a rotina da própria instituição.

Há, também, incentivos providos por governos como estratégia para se posicionar frente aos desafios de uma economia transnacional e de mercados globais. De acordo com essa argumentação, o processo de internacionalização da educação – em especial de nível terciário – traria efeitos positivos para o desenvolvimento tecnológico e, conseqüentemente, para o crescimento econômico e a criação de potenciais vínculos comerciais. Alguns países inclusive abordam a política de internacionalização da educação como uma ferramenta de política externa e de dinamização da economia do país, ao dar incentivos para a internacionalização de pesquisas e das práticas de ensino-aprendizagem. As empresas também têm uma parcela de influência nesse processo de internacionalização, tendo em vista a demanda por contratar profissionais qualificados, capazes de responder a problemas globais e trabalhar em equipes cada vez mais multidisciplinares. Ou seja, a globalização do mercado de trabalho agrega um desafio adicional aos trabalhadores, que passam a competir por vagas inclusive com pessoas de outros países. Qualquer que seja o incentivo ou a motivação, o fato é que se espera dos

atores educacionais e gestores públicos de educação uma resposta aos desafios do mercado de trabalho do século XXI.

### **Estratégias políticas para a internacionalização da educação: o caso australiano**

Desde a década de 1980 diversos países passaram a adotar novas políticas educacionais voltadas para a internacionalização, a incorporação de perspectivas interculturais e o aumento da empregabilidade frente aos desafios das profissões do futuro. No caso da Austrália, o processo de internacionalização da educação foi institucionalizado a partir de 1985, quando o país abriu sua economia e implementou um conjunto de reformas econômicas, fiscais e tributárias, que foram acompanhadas pela introdução de taxas de matrícula em universidades para estudantes internacionais. Até esse momento, as políticas de educação internacional refletiam em essência as diretrizes adotadas para a política externa de assistência e cooperação para o desenvolvimento ou, em alguns casos, iniciativas para promoção comercial.

#### **Fase I – o surgimento das iniciativas de internacionalização**

Para fins de sistematização, pode-se dizer que na Austrália o processo de internacionalização da educação se deu em três fases. A primeira fase, de 1950 a 1984, foi caracterizada por programas de assistência para o desenvolvimento de países vizinhos da Ásia e Pacífico. Em 1951 foi lançado o Plano Colombo para Desenvolvimento Cooperativo no Sul e Sudeste da Ásia, por meio do qual mais de 40.000 bolsas de estudos para cursos de graduação em universidades australianas foram oferecidas a estudantes internacionais de 26 países da região. À época, a expectativa era a de que tal programa resultaria na criação de laços acadêmicos, profissionais, sociais, culturais e de relações exteriores entre o país de origem anglo-saxão e seus vizinhos asiáticos e do Pacífico.

O Plano Colombo alcançou grande êxito, o que pode ser observado por meio do crescimento do fluxo de estudantes internacionais ao país, em específico de estudantes que não dispunham de bolsas ofertadas pelo Governo Australiano. A crescente demanda levou o governo a limitar em 10.000 o número de estudantes internacionais matriculados por ano no país, como forma de assegurar o acesso de cidadãos australianos às vagas

disponibilizadas pelas universidades. Essa decisão foi tomada em 1973 e permaneceu em vigência até 1979, período em que a oferta universitária era gratuita no país. Todavia, devido aos desafios de sustentabilidade econômico-fiscal da oferta gratuita do ensino superior, em 1979 diversas mudanças foram introduzidas ao sistema de ensino superior da Austrália, com destaque para: i) a remoção do limite de vagas e a criação de cotas não oficiais por países, de acordo com sua prioridade na política externa, como forma de controle do fluxo de estudantes internacionais; ii) a introdução de vistos estudantis pagos, representando cerca de 10% dos custos para o ensino superior (em 1988 a cobrança do visto estudantil atingiu seu pico, chegando a cerca de 55% dos custos); e iii) a exigência de que todos os estudantes internacionais regressassem a seu país de origem por ao menos 2 anos, antes de pleitear uma vaga de trabalho no país.

## **Fase II – a consolidação e expansão da política de internacionalização**

A segunda fase ocorreu entre 1985 e 2009, quando se observou um acelerado crescimento da dinâmica de estudantes internacionais na Austrália. Nesse período o número de estudantes internacionais saltou de cerca de 16.000 para quase 600.000 estudantes matriculados por ano no país. O sucesso da política de internacionalização da educação australiana é atribuído à introdução de um sistema de contribuições estudantis e de cobrança de taxas de matrículas, tanto para alunos estrangeiros como para os nacionais. Esse sistema foi instituído a partir de 1985, momento em que o país fez um conjunto de reformas políticas para fazer frente à inevitável abertura econômica e estreitamento das relações comerciais em especial com os países asiáticos. Outro fator relevante para o sucesso da política de internacionalização da educação no país deve-se à coordenação estratégica das políticas de educação, de desenvolvimento científico e tecnológico, e de crescimento econômico, o que se refletia em planos nacionais de médio ou longo prazo.

Em específico, no caso da política educacional, as decisões eram baseadas em recomendações emitidas por dois comitês: o Comitê para Revisão do Programa Australiano de Ajuda Externa e o Comitê para Revisão da Política de Estudantes Internacionais Privados (isto é, para aqueles que não dispunham de bolsas governamentais). Em suma, as novas orientações estavam voltadas para o reconhecimento de que a internacionalização do sistema educacional australiano trazia ao

país resultados muito além da simples mobilidade de estudantes e dos benefícios diretos experimentados por eles. Já nesse período constatavam-se diversos benefícios indiretos, resultantes da primeira fase de internacionalização, tais como: i) a melhoria da qualidade do ensino terciário – acadêmico e profissionalizante – com o recrutamento de acadêmicos estrangeiros e a inserção das instituições de pesquisa em redes internacionais; ii) o fortalecimento das relações culturais e comerciais com os países vizinhos asiáticos e do Pacífico, favorecendo um novo posicionamento econômico da Austrália como uma “*trade nation*” (uma nação voltada aos negócios); e iii) a projeção do país no cenário global das relações exteriores.

Foi nessa segunda fase de rápida expansão de educação internacional que a Austrália concebeu um novo arranjo político para as instituições de educação do país. Diversas faculdades e centros tecnológicos passaram por um processo de fusão, incentivados pelo Governo Australiano, com o objetivo de agregar suas competências comuns para a criação de universidades de grande porte que fossem capazes de fazer frente às tradicionais universidades americanas e europeias. Foram também instituídas novas regulamentações para o financiamento do ensino superior, a formalização de parcerias público-privadas, e o engajamento do setor produtivo nos programas de educação terciária. Ademais, foram fomentados programas específicos para induzir a inserção internacional de instituições australianas em projetos globais de desenvolvimento científico-tecnológico, apoiados por acordos de cooperação firmados entre países.

O processo de reorganização institucional foi implementado em 1989, quando o sistema binário de educação (que separava de forma rígida e artificial a oferta educativa feita por universidades e aquela das instituições técnicas e profissionalizantes) foi substituído por um sistema nacional unificado, que instituiu maior flexibilidade nas trajetórias formativas dos estudantes e criou mecanismos para o reconhecimento de aprendizados entre níveis e itinerários formativos. A partir da fusão de 19 universidades e 47 *colleges*, 36 universidades foram estruturadas sob o novo sistema nacional unificado<sup>1</sup>. Com base nesse sistema, foi instituído em 1992 o Comitê de Garantia de Qualidade no Ensino Superior, que provia a função de assessoramento e consultiva para o Ministério de Educação, com o objetivo de avaliar o portfólio das universidades sob a ótica da qualidade dos cursos e serviços entregues. Embora à época a questão da internacionalização não constasse como critério de avaliação de qualidade, havia a recomendação de que as instituições discutissem suas estratégias específicas e

reportassem as atividades de internacionalização nos cursos e serviços de seu portfólio. Esse comitê criou as bases para que, mais ao futuro, fossem instituídas agências autônomas para a regulação do ensino terciário –acadêmico e profissionalizante.

Posteriormente, em 1995, foi introduzida uma Matriz Nacional de Certificações – a *Australian Qualifications Framework* (AQF) – como base para organizar a trajetória formativa flexível entre níveis e tipos de certificação, tanto para estudantes nacionais como internacionais. A AQF incorpora certificações técnicas de nível médio, articulando a trajetória do estudante por 10 níveis de formação e diversos tipos de certificados, por meio de créditos formativos e suas respectivas competências adquiridas. Egressos de cursos técnicos de nível médio podem criar itinerários e ter créditos transferidos para dar seguimento a seus estudos em um nível superior.

Outra grande mudança implementada diz respeito ao aumento da autonomia e independência de *colleges* e universidades, o que induziu os provedores educacionais a olharem para cenários internacionais e repensarem o posicionamento de suas instituições no contexto do plano estratégico de desenvolvimento científico e tecnológico. Também foi incentivada a abertura dos *campi* para estudantes internacionais privados (sem bolsas ofertadas pelo governo), desde que obedecidas as provisões legais para proteção dos estudantes internacionais. Permitiu-se, também, o recrutamento de especialistas internacionais para compor o quadro de docentes, houve o financiamento de iniciativas para intercâmbios docentes e programas de desenvolvimento profissional de professores e pesquisadores (*Special Studies Programme*), dentre outras iniciativas voltadas para a criação de vínculos de colaboração científica com outros países ou ainda em programas assistenciais com ações de formação.

No que se refere aos mecanismos de financiamento, nesse período, o Governo Australiano instituiu uma contribuição estudantil feita pelos estudantes nacionais beneficiados para cofinanciar os custos relativos ao ensino, de cerca de 40% dos custos totais. Já para os estudantes internacionais, o limite máximo de alunos matriculados por ano foi extinto, desde que os mesmos pagassem por 100% dos custos de ensino (Elsner, 2019). Desse modo, a partir de 1990 todos os subsídios do governo às vagas destinadas aos estudantes internacionais foram retirados, com exceção dos programas de bolsas de estudos tais como o *Australian Development Cooperation Scholarships* (ADCOS) ou o *Australian Sponsored Training Scholarships* (ASTAS). Adicionalmente, caberia a cada universidade a decisão de oferecer taxas diferenciadas para programas próprios de bolsas

para estudantes internacionais, que ficou conhecido como *Overseas Postgraduate Research Scholarships* (OPRS).

### **Fase III – A reformulação da política de internacionalização e sua articulação com outras políticas**

Por fim, constata-se que a terceira fase de internacionalização se deu a partir de 2010 e segue até os dias atuais. Nesse período um conjunto de novas reformas foram incorporadas ao sistema de educação australiano visando dar uma resposta ao rápido crescimento observado na fase anterior. As principais medidas adotadas foram: i) a introdução de mecanismos para assegurar a proteção aos estudantes matriculados, no que diz respeito à qualidade dos cursos e serviços educacionais providos por instituições públicas e privadas; ii) a institucionalização das agências reguladoras, com ênfase na avaliação de qualidade, envolvendo tanto processos de autoavaliação das instituições de ensino, de avaliação de empregadores e egressos, o *benchmark* entre cursos e instituições congêneres, a metodologia de avaliação de riscos aplicada ao monitoramento de provedores, dentre outros instrumentos; iii) a reorganização dos incentivos políticos para a formação de novas parcerias internacionais, com foco em alianças que resultassem em desenvolvimento econômico-tecnológico ou em melhoria na qualidade de vida da população; e iv) o reposicionamento das políticas para mobilidade estudantil.

Desde 2000, a Austrália conta com uma legislação para proteção do estudante internacional, conhecida como *Education Services for Overseas Students* (ESOS – Act 2000), que estabelece padrões normativos e de qualidade para os provedores e os cursos ofertados aos estudantes estrangeiros. Na terceira fase, já em 2011, foram instituídas no país duas agências reguladoras com a função de averiguar e implementar ações para o controle da qualidade do sistema educacional australiano, tanto para estudantes nacionais como internacionais, de modo a garantir o alinhamento das ofertas com os planos nacionais de educação e de desenvolvimento econômico, científico e tecnológico. A *Tertiary Education Quality and Standards Agency* (TEQSA) é a agência responsável pelo registro de instituições acadêmicas de ensino superior e por comunicar as diretrizes da política econômica e de desenvolvimento científico e tecnológico para os provedores de educação. Já a *Australian Skills Quality Authority* (ASQA) é responsável pela regulação de instituições e cursos do ensino técnico e profissional, seja de nível médio, pós-médio ou superior, e sua articulação com empregadores e associações profissionais.

Como parte do processo de regulação e controle de qualidade, novos critérios foram introduzidos para o processo de recrutamento e matrícula de estudantes internacionais, bem como diretrizes nacionais foram definidas com o objetivo de dar sinergia às estratégias institucionais de educação internacional. Em 2014 foi inaugurado o “Novo Plano Colombo”, voltado para a mobilidade de estudantes internacionais entre a Austrália e os países da Ásia e do Pacífico. Diferentemente de sua versão original, o novo plano atribui maior ênfase na mobilidade de cerca de 40.000 australianos para 40 países da região, como uma forma de expandir as relações acadêmicas, comerciais e profissionais nos países de destino. Com relação às diretrizes nacionais, em 2015 foi lançado o documento de Estratégia Nacional de Educação Internacional, que sistematizou um plano de 10 anos para o país com orientações para: i) o fortalecimento institucional do setor terciário do país, focando no desenvolvimento de produtos e serviços inovadores; ii) o estabelecimento de parcerias transformativas, nacionais e internacionais, que criem oportunidades de internacionalização da educação e da pesquisa para além da mobilidade apenas; e iii) a manutenção de padrões elevados de qualidade, visando manter o país competitivo frente aos desafios de desenvolvimento socioeconômico e de empregabilidade.

Em 2019, a Austrália passou a ocupar a 3ª posição no ranque global de país provedor de educação terciária, respondendo por cerca de 9% dos estudantes internacionais, estando atrás apenas dos Estados Unidos da América e do Reino Unido. No que se refere à participação do segmento de educação internacional no PIB do país, o mesmo ocupava a 3ª posição, logo após a indústria de mineração e o agronegócio, gerando mais de 130.000 vagas de trabalho direta e indiretamente. Mas como a Austrália atingiu esse posicionamento de liderança no mercado global de educação internacional?

A partir de uma análise do processo histórico, o que se destaca no caso australiano é o papel estratégico exercido pelo Governo Federal, em especial ao longo das últimas quatro décadas, para incentivar a adoção de práticas de internacionalização da educação e implementar políticas que ampliaram as oportunidades para instituições de educação terciária. Constata-se ainda que a reforma do sistema educacional se deu por meio da adoção de diversos pacotes de políticas, sequenciais e articulados entre as diversas pastas, abrangendo questões de qualidade, regulação e financiamento. Também foram desenvolvidos instrumentos para a convergência estratégica das ações e investimentos nos setores da economia, ciência-tecnologia<sup>ii</sup> e educação, primando pela autonomia dos

provedores educacionais e o engajamento de atores do setor produtivo na construção de planos, diretrizes e currículos para a educação de nível superior.

### **Algumas práticas para a internacionalização da educação**

Desde 1989, quando o sistema educacional terciário passou por uma grande reorganização – desde a fusão de universidades e centros universitários até a criação do Sistema Nacional Unificado – diversas práticas de internacionalização da educação foram experimentadas, validadas e disseminadas na Austrália. Foram diversas as práticas implementadas desde então, a exemplo do planejamento estratégico das instituições para refletir iniciativas de internacionalização; a mobilidade de estudantes e os programas de bolsas de estudos e pesquisas; a oferta de educação transnacional e de cursos *online* em colaboração com parceiros internacionais; as propostas de internacionalização do currículo e de engajamento do setor produtivo na formatação da oferta de educação terciária; a contratação de professores e pesquisadores internacionais, seja para fins de estruturação de centros de estudos especializados ou para a implementação de projetos de pesquisas em colaboração internacional; dentre outras iniciativas.

### **Planejamento institucional**

Uma das transformações provocadas pela criação do Sistema Nacional Unificado foi o comprometimento das instituições de educação terciária, em específico as universidades, para se tornarem internacionalizadas. Dotadas de maior autonomia, cada instituição passou a refletir em seu estatuto de criação a missão e a visão de ofertar cursos e serviços que incorporassem perspectivas interculturais, aliadas a elevados padrões internacionais de qualidade.

Em algumas declarações de missão, há referências no sentido de prover ‘perspectivas internacionais para funcionários e estudantes’ ou ainda ‘gerar graduados com elevado índice de empregabilidade nacional e internacionalmente’. Diversas das missões institucionais se referiam explicitamente aos estudantes internacionais: ‘atrair estudantes internacionais’; ou ‘desenvolver uma comunidade internacional no campus’ (BACK; DAVIS, 1995, p. 129).

Nos planos anuais de trabalho diversas iniciativas foram implementadas para tornar efetiva sua visão e missão, desde a negociação com o Governo Federal para recebimento de recursos específicos para investimento em ações de pesquisa, como também por meio da ampliação de seu quadro docente com maior participação de professores e pesquisadores internacionais. Também foram apoiadas iniciativas para a criação de centros de estudos internacionais e comparados, para a inserção de grupos de pesquisas em redes internacionais, ou ainda para a revisão de cursos e currículos de modo a acompanhar o desenvolvimento de novas tecnologias e conhecimento científico.

Em geral, a incorporação de perspectivas internacionais ao planejamento institucional remeteu a um processo abrangente a toda a instituição de ensino, inclusive à rotina administrativa da instituição. Assim sendo, outra ação comum à época foi a criação de escritórios de internacionalização para o apoio às atividades implementadas em cada campus e a avaliação de seus resultados e impactos. O escritório em geral desempenhava funções que iam desde o atendimento aos estudantes internacionais; a negociação de acordos de parceria e celebração de convênios com instituições estrangeiras; até mesmo o aconselhamento da reitoria e corpo diretivo quanto às políticas para internacionalização a serem adotadas pela instituição (LEASK, 2009). Ou seja, o debate sobre a internacionalização da educação foi gradativamente incorporado por todos os departamentos das instituições de ensino e pela equipe de docentes.

### **Programas de mobilidade e o reconhecimento de certificações**

Uma das iniciativas adotadas para impulsionar o processo de internacionalização da educação diz respeito aos programas de mobilidade, tanto para docentes como para estudantes. Para docentes, os programas são em gerais formatados como uma experiência de curto prazo voltada para o desenvolvimento profissional (*professional development*), podendo ser em centros de pesquisas ou universidades parceiras. Eventualmente há também a mobilidade docente por meio de períodos sabáticos dedicados a estudos de pós-doutorado ou para vivência profissional em área correlata à frente pesquisa.

Já para estudantes, a maioria das ações está orientada para estratégias de estudar fora, ou *study abroad*, organizadas para o período de um ou dois semestres, em universidades parceiras e com arranjos para revalidação dos créditos das disciplinas cursadas. Algumas universidades australianas inclusive definem em seu planejamento

institucional um percentual mínimo de estudantes a serem enviados em programas de mobilidade para outros países, como forma de assegurar diversidade cultural e técnica nos cursos ofertados. Nesses casos, há incentivos financeiros providos pela própria universidade, como bolsas ou facilidades de negociação com os parceiros internacionais. Em específico no que se refere aos arranjos de revalidação dos créditos ou reconhecimento de certificações, o desafio é mitigado por uma política governamental alinhada às convenções internacionais da UNESCO e do APEC (*Asia-Pacific Economic Cooperation*).

A Austrália dispõe de um Centro Nacional de Informações que é responsável por regulamentar os procedimentos para reconhecimento de certificados ou revalidação de créditos, seja de australianos que estudaram fora do país ou de estrangeiros que migram para a Austrália. As normativas são definidas com base nas convenções globais da UNESCO, dentre elas a Convenção Regional da Ásia e Pacífico de 1983, a Convenção de Lisboa sobre Reconhecimento de 1997, e a Convenção de Tóquio de 2011. A partir de tais referências internacionais, a Austrália elabora uma análise do Perfil Educacional dos países com quem estabelece mais vínculos. Atualmente, o sistema educacional de 126 países está mapeado e analisado, com o objetivo de facilitar os processos de reconhecimento e revalidação de estudos implementados pelas universidades.

### **Educação transnacional ou *offshore***

Ademais das ações de mobilidade estudantil, uma iniciativa cada vez mais disseminada entre as universidades australianas é a oferta de educação transnacional ou *offshore*. Devido aos laços criados com estudantes e a comunidade científica de outros países, algumas universidades firmaram acordos específicos de parceria com universidades estrangeiras com perfil similar, visando oferecer cursos – online, híbridos e, também, presenciais – com os mesmos padrões de qualidade e referenciais àqueles adotados em seus próprios campi na Austrália. Esses acordos são referidos como “*offshore campus*” ou ainda “*universidades gêmeas*”.

São diversos os arranjos operacionais que podem ser acordados para que seja estruturado um modelo de oferta de educação transnacional. De modo geral, os fundamentos adotados pelas universidades australianas e que tem demonstrado grande êxito são: i) formalizar um acordo com uma universidade do país onde se deseja fixar a

operação, de modo a garantir o atendimento às legislações e normativas definidas pelo país; ii) definir uma área ou programa para atuação focada, no qual o envolvimento de acadêmicos e pesquisadores australianos será intimamente construído; e iii) articular entre as partes a gestão e planejamento do curso, desde o processo de seleção, a contratação de docentes (em muitos casos com diversos docentes australianos liderando áreas acadêmicas ou de pesquisa), a formatação do currículo, a proposta pedagógica e objetivos de aprendizagem e, não menos importante, o processo de avaliação. Sem a construção conjunta do planejamento do curso ou programa, não há garantias de que serão atendidos os padrões de qualidade e requisitos adotados pela universidade australiana em seu território – o que é essencial para que ao final seja ofertada a dupla certificação.

Os arranjos de educação transnacional mais longos e bem sucedidos estabelecidos por universidades australianas são na Malásia, mas há também diversas iniciativas similares em Singapura, Hong Kong, Tailândia, China e Indonésia.

### **Internacionalização do currículo**

Em específico, desde a segunda fase de políticas para internacionalização da educação, diversas iniciativas de revisão do currículo foram experimentadas na Austrália, a partir de incentivos políticos induzidos pelo Ministério da Educação. Algumas ações foram mais voltadas para a incorporação de elementos interculturais, outras tiveram por objetivo refletir dimensões internacionais do conhecimento técnico e científico, e houve ainda um grupo de iniciativas preocupadas com a incorporação de habilidades não técnicas (*soft-skills*) como componente essencial para o desenvolvimento integral do estudante.

O resultado foi a sistematização de um conjunto de ferramentas para se trabalhar o currículo, o plano de aulas e as metas de aprendizado, os métodos de ensino-aprendizagem e também o processo de avaliação, frente aos desafios das novas profissões emergentes no século XXI. Foram mais de 1000 iniciativas<sup>iii</sup> diferenciadas, dentre as quais podem ser destacadas: i) a criação de novos conteúdos e disciplinas; ii) a introdução de referências e estudos internacionais, envolvendo mais do que um país de referência; iii) a incorporação de análises com dimensões interculturais e multidisciplinares; iv) a formatação de grupos de estudos e pesquisas regionais; v) a introdução de referências e qualificações adotados por entidades profissionais reconhecidas internacionalmente; vi)

a modulação de cursos para grupos de estudantes estrangeiros; vii) a formatação conjunta de cursos com parceiros internacionais, com direito à dupla titulação; além de viii) a promoção de disciplinas e estágios por meio de intercâmbios.

Em 2015, um grupo de pesquisadores liderados pela Professora Betty Leask analisou diversas experiências com o objetivo de sistematizar as ferramentas conceituais e práticas que haviam sido desenvolvidas e absorvidas às rotinas das diversas instituições australianas. Um dos principais achados do estudo conduzido por Leask remete ao preparo dos estudantes para o mundo do trabalho, que é cada vez mais global e interconectado (Cassol, 2019). Logo, internacionalizar o currículo significava para as instituições de ensino terciário uma mudança necessária para alcançar o objetivo de relevância e significado para a formação ofertada. E para cada disciplina ou programa, a forma de internacionalizar o currículo pode adquirir contornos específicos (Bridge e Leask, 2013). Isso significa que o processo de internacionalização do currículo não significa um fim em si mesmo, mas uma estratégia para que os estudantes se tornem conscientes de sua própria cultura e sejam inseridos com êxito em ambientes de trabalho internacionais e multiculturais.

De forma sucinta, o modelo de internacionalização do currículo sistematizado e desenvolvido por Leask (2015) pressupõe cinco fases interconectadas: i) a revisão e reflexão dos conteúdos, planos de ensino e aprendizado, disciplinas e programas; ii) a ideação quanto às formas possíveis de agregar novas perspectivas e abordagens, considerando os requisitos da prática profissional e as respectivas tendências científico-tecnológicas do setor; iii) a revisão e o planejamento do currículo, considerando as oportunidades e os desafios nesse processo de transformação curricular; iv) a experimentação e validação das mudanças propostas, por meio de processos participativos de *feedback* com gestores educacionais, docentes, estudantes e empregadores; e v) a avaliação dos resultados alcançados, tanto no que se refere ao objetivo de internacionalizar o currículo e os impactos das mudanças implementadas no processo formativo do estudante.

### **Centros especializados de estudos e pesquisas**

A formalização de centros especializados de estudos e pesquisas foi uma iniciativa comum a diversas instituições de ensino na Austrália. Tais centros não apenas direcionam

grupos de estudos multidisciplinares em torno de temáticas e problemas comuns, mas também se tornam fortes indutores de colaboração entre duas ou mais universidades, de mais de um país, por estabelecerem um hub de referência para estudos e pesquisas. Ao criar um ambiente de convergência de interesses de pesquisadores e alocar infraestrutura para ensino, pesquisa e extensão, o centro de estudos especializado cumpre a função de integrar redes de pesquisadores com perspectivas complementares, expandir parcerias bilaterais/ multilaterais, e elevar os padrões de qualidade por meio do *benchmark* internacional sobre um determinado tema ou problema.

Em específico no caso da Austrália, diversos centros criados foram incentivados por iniciativas governamentais, remetendo a temáticas de relevância para o crescimento produtivo da Austrália, para o desenvolvimento econômico regional da Ásia e Pacífico, ou ainda para o enfrentamento de problemas comuns a países parceiros. Partindo de um sistema unificado nacional, com estreito engajamento entre o setor produtivo e o setor educacional no desenvolvimento de pacotes de capacitação e de currículos, os incentivos governamentais foram concebidos de forma a priorizar novas tecnologias, temas de relevância político-econômica, ou de bem-estar e qualidade de vida da população.

O sucesso dessa iniciativa levou o Governo Federal da Austrália a instituir, já na Fase III do processo de internacionalização, uma política para incentivar a criação de centros voltados para a dinamização da cadeia de produtiva do país e a comercialização de produtos da pesquisa nacional: os *Industry Growth Centers* (IGCs). Com base em análises de tendências tecnológicas, econômicas e de mercado, e inspirado em benchmarks de outros países como os “Catapults” no Reino Unido e os “Centros de Excelência no Canadá”, os IGC representaram um salto estratégico na tradicional função dos centros de estudo e pesquisa especializados ao aproximar o saber científico e a produção acadêmica das demandas e oportunidades do setor produtivo. Instituídos a partir de grupos existentes dentro das universidades, os IGCs representam um incentivo à inovação em rede em prol do crescimento produtivo do país. Desde 2014 seis áreas temáticas são priorizadas: manufatura avançada, cyber segurança, alimentos e agronegócios, tecnologias médicas e farmacêuticas, mineração (abrangendo equipamentos, tecnologias e serviços), e energias naturais e renováveis (incluindo óleo e gás).

### **Parcerias para pesquisa e inovação**

Com base em acordos formais entre instituições, projetos de pesquisas conjuntas entre universidades de mais de um país se tornaram prioridade para universidades australianas. Em geral, as áreas priorizadas refletem a Agenda Nacional de Inovação e Ciências (*National Innovation and Science Agenda - NISA*), pois contam com incentivos financeiros do Governo Federal. Com uma proposta de trabalho para 15 anos, a NISA define uma visão de prosperidade econômica para o país que tenham como base em pesquisas e inovações científicas, tais como alimentos, solo e água, transporte, agenda espacial, energia, recursos naturais, saúde, mudança ambiental, segurança cibernética e manufaturas automatizadas. O resultado dessa coordenação nacional para o desenvolvimento científico e tecnológico é que, em 2019, com apenas 0,4% da população global a Austrália foi responsável por cerca de 5% das iniciativas registradas internacionalmente.

Quando alinhados com as prioridades nacionais, os projetos de pesquisa contam não apenas com incentivos governamentais, mas também com investimentos feitos por empresas privadas, nacionais e estrangeiras, bem como por instituições de pesquisa externas ao meio acadêmico. Dentre os incentivos governamentais, cabe destacar a disponibilização de infraestrutura<sup>iv</sup> laboratorial para pesquisas aplicadas, as quais podem ser acessadas por pesquisadores de universidades no escopo do projeto aprovado. Em alguns casos, quando os projetos estão voltados para estratégias de comercialização, de fortalecimento de cadeias produtivas, de desenvolvimento de competências técnicas para a força de trabalho em maior escala, ou ainda otimizar ambientes regulatórios, os mesmos podem pleitear se tornarem um centro especializado de pesquisas nos moldes do *Industry Growth Center*.

### **Engajamento do setor produtivo**

Cada vez mais há o reconhecimento de que a educação terciária, seja ela acadêmica ou profissionalizante, exerce um papel crucial para o desenvolvimento produtivo e o crescimento econômico dos países e, em específico, de sua localidade por meio da formação de profissionais com altas habilidades e relevantes competências técnicas. Esse entendimento já permeava as políticas educacionais da Austrália, que desde a década de 1980 induziu a gradativa incorporação de referências internacionais e da perspectiva de empregabilidade no currículo ofertado. Desde então, algumas rotinas

operacionais foram instituídas para estreitar a relação entre atores relevantes do mundo do trabalho e do mundo da educação.

No caso das universidades, instituiu-se a figura do *learning designer*. Trata-se de uma instituição especializada no desenvolvimento do currículo acadêmico cuja função é sistematizar diversos *inputs* provenientes de um conjunto de *stakeholders*: i) das diretrizes definidas pela equipe gestora para a instituição e cada programa em específico; ii) dos conteúdos e objetivo de aprendizagem mapeados por especialistas do setor e docentes; iii) do *feedback* de empresas quanto às tendências tecnológicas do setor e avaliação do preparo dos egressos para os desafios do mundo do trabalho; e iv) da percepção dos estudantes quanto à relevância de disciplinas para fins de empregabilidade em um contexto de mudanças aceleradas no cenário produtivo global.

Já no caso dos institutos técnicos e profissionalizantes, instituiu-se a figura do *skills service organizations* (SSOs). Trata-se de instituições independentes e previamente autorizadas pelo Governo Federal para apoiar no trabalho dos Comitês de Referência da Indústria no processo de desenvolvimento conceitual e revisão anual dos pacotes de capacitação<sup>v</sup>, de modo a atender às demandas e aos desafios do setor produtivo. Sua função é atuar como catalizador de tendências globais dos diversos setores produtivos, mapear competências e habilidades em demanda no mercado de trabalho, e sistematizar referenciais nacionais para uso em programas de capacitação técnica e profissional. É com base na atuação dos SSOs que se estruturou na Austrália a matriz nacional de competências (com certificações em dez níveis), articulando uma trajetória flexível entre a formação técnica e profissional e o ensino acadêmico.

Em ambos os casos, a metodologia desenvolvida no país assegura o engajamento de representantes do setor produtivo em todo o processo de formatação do curso, desde a concepção do currículo até o processo de avaliação dos egressos. Por meio da organização sistemática e periódica de fóruns setoriais de competências e habilidades, as empresas e associações profissionais contam com um espaço de participação na oferta educacional do país. Os resultados observados ao longo de mais de três décadas de experiência apontam para: i) uma baixa taxa de evasão dos estudantes e uma elevada taxa de empregabilidade dos egressos; ii) o reconhecimento e valorização dos certificados técnicos e profissionais por empregadores; iii) redução de gastos empresariais com requalificação de egressos para responder aos desafios do mundo do trabalho; iv) alinhamento estratégico dos planos de educação, desenvolvimento científico e tecnológico, e de crescimento produtivo do país; e v) a incorporação de padrões e

normativas internacionais no processo formativo do país, o que facilita processos de reconhecimento de certificados e aumenta as oportunidades de mobilidade internacional da força de trabalho.

### **Considerações finais**

Ao analisar a trajetória histórica da política de internacionalização da educação da Austrália, constata-se que o Governo Federal desempenhou um papel relevante para criar e maximizar as oportunidades para universidades e institutos técnicos do país. São diversas as lições aprendidas, dentre as quais podem ser destacadas: i) a formulação continuada (ao longo de mais de 50 anos) de políticas e programas, sem perder de perspectiva os objetivos de médio e longo prazo almejados; ii) a orquestração de arranjos institucionais inovadores, que permitiram flexibilidade na oferta educacional com crescimento sustentado e sem colocar em risco os padrões de qualidade; iii) a formatação de fóruns para convergência de interesses públicos e privados, de estudantes e do setor produtivo, de crescimento econômico e desenvolvimento social; e iv) a articulação da política de educação com as estratégias de produtividade, crescimento econômico, desenvolvimento científico e tecnológico, e de política externa e de imigração.

Também deve ser ressaltado o apoio e reforço positivo às estratégias de Governo exercido pelas próprias universidades, que cientes dos desafios socioeconômicos do país uniram forças para implementar os processos de reforma do sistema educacional. Destaca-se a atuação em rede por meio do *Universities Australia*, que é um instituto representativo das universidades australianas para fins de políticas domésticas e internacionais; a representatividade política exercida pelo *Australian Vice-Chancellors Committee*, que serviu como um canal de comunicação de duas mãos entre reitores e gestores públicos; e a *Australian Association for International Education*, que operou como um hub para compartilhamento e disseminação de boas práticas e experiências exitosas. Ou seja, o sucesso alcançado pela política de internacionalização da educação na Austrália decorreu de uma convergência de esforços dos *stakeholders* públicos e privados, educacionais e do setor produtivo, em prol de uma visão de desenvolvimento para o país em comum expressada por meio dos planos estratégicos e agendas nacionais.

Os resultados observados, mais de cinco décadas depois, remetem a um país que soube se reposicionar no mercado global como uma liderança na oferta de educação

internacional. Os estudantes australianos, de igual forma, se beneficiaram com a oferta de um serviço educacional altamente qualificado, com um currículo amplo e de referência internacional, e desfrutaram ainda da vivência de uma dinâmica produtiva e repleta de oportunidades profissionais globais que são ofertadas nos campi do próprio país.

## Referências

BACK, K. J.; DAVIS, Dorothy M. Internationalisation of Higher Education in Australia. In: DE WIT, Hans. (1995). **Strategies for the internationalisation of higher education**. A comparative study of Australia, Canada, Europe and the United States of America. Amsterdam: EAIE, 1995.

BRIDGE, C.; LEASK, B. Comparing internationalisation of the curriculum in action across disciplines: theoretical and practical perspectives. In: **Compare**: a journal of comparative and international education. Special issue: contemporary issues on the internationalisation of higher education: critical and comparative perspectives. Division of Business, University of South Australia, Adelaide, Australia. Published online, 2013. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/263187616\\_Comparing\\_internationalisation\\_of\\_the\\_curriculum\\_in\\_action\\_across\\_disciplines\\_Theoretical\\_and\\_practical\\_perspectives](https://www.researchgate.net/publication/263187616_Comparing_internationalisation_of_the_curriculum_in_action_across_disciplines_Theoretical_and_practical_perspectives) Acessado em 30/03/2020.

CASSOL, C. C. Proposta de internacionalização do currículo. In: MOROSINI, M. **Guia para a internacionalização universitária**. Porto Alegre: EdiPUCRS, 2019.

ELSNER, C., et. al. **Relatório final da conferência internacional sobre financiamento vinculado à renda**. IPEA. Brasília, Brasil. 2019. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=35291&Itemid=432](https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=35291&Itemid=432) Acessado em 30/03/2020.

KNIGHT, J. Updated Definition of Internationalization. **International higher education**, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.6017/ihe.2003.33.7391> Acessado em 30/03/2020.

LEASK, B. **Internationalizing the curriculum**. New York: Routledge, 2015.

LEASK, B.; BEELEN, J. **Enhancing the engagement of academic staff in international education**. Paper presented at the Advancing Europe-Australia Cooperation in International Education: Symposium Background Papers. Melbourne, Australia. 2009.

OECD, The internationalisation of higher education: towards an explicit policy, In: **Education Policy analysis 2006: focus on higher education**, OECD Publishing, Paris, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1787/epa-2006-3-en> Acessado em 30/03/2020.

- 
- <sup>i</sup> Em 2019, a Austrália registrava 41 universidades, sendo 37 públicas, 3 privadas e 1 especializada, além de 2 campi de universidades estrangeiras estabelecidas no país e 125 centros universitários, que juntos totalizam cerca de 1,4 milhões de matrícula por ano. Já no sistema de ensino técnico e vocacional, são registrados anualmente 4,2 milhões de matrículas em cursos de nível médio, pós-médio ou superior.
- <sup>ii</sup> Em 2015, foi anunciado o *National Innovation and Science Agenda*, o qual define um plano nacional para alavancar o desenvolvimento científico-tecnológico do país nos próximos 15 anos. Foram identificados oportunidades e bloqueadores para o sucesso, bem como as estratégias a serem perseguidas para alcançar os objetivos definidos.
- <sup>iii</sup> Em 1995, o Ministério de Educação e Emprego da Austrália realizou um mapeamento das iniciativas de internacionalização do currículo que estavam em curso à época. Esse estudo foi parte de um projeto da OCDE sobre “Desenvolvimento de Currículos para Internacionalização”, no qual a Austrália foi um dos países participantes.
- <sup>iv</sup> Diversas organizações de pesquisa compõem o *pool* de infraestrutura laboratorial que pode ser acessado por pesquisadores universitários, a saber: CSIRO, Medical Research Institutes, Rural Research and Development Corporations, Geoscience Australia, Australian Antarctic Division, National Measurement Institute, ANSTO, Australian Institute of Marine Science, Bureau of Meteorology, os institutos para Defesa Nacional, dentre outros.
- <sup>v</sup> Em 2019, a Austrália tinha sistematizado nacionalmente 67 pacotes de capacitação, abrangendo 1.470 certificações profissionais de nível médio, pós-médio e superior (equivalente a tecnólogo), bem como 17.169 unidades de competência. Esses produtos educacionais estabeleciam padrões de qualidade e referências técnicas para cerca de 85% das ocupações profissionais do país. Informações atualizadas podem ser acessadas pelo site [www.training.gov.au](http://www.training.gov.au)